



PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

JENNIFER HADIRCY DA CONCEIÇÃO; VITÓRIA LOPES DE CASTRO SILVA;
LARISSA SOLARI SPELTA; THIAGO GOMES GONTIJO; GISELLE LIMA DE FREITAS.

RESUMO

INTRODUÇÃO: Diante da situação de vulnerabilidade na qual pessoas em situação de rua se encontram, decorrentes da perpetuação de atos discriminatórios e do não acesso à fruição dos direitos fundamentais, identifica-se a necessidade de estímulo à participação desse grupo em movimentos sociais. A participação social é uma das diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que estimula iniciativas de participação e controle social a partir da implementação de comitês intersetoriais de monitoramento das políticas desenvolvidas para essa população. **OBJETIVO:** Relatar a experiência de uma oficina realizada com pessoas em situação de rua sobre a Participação e o Controle Social. **RELATO DE CASO:** Trata-se de uma ação que ocorreu no Centro de Referência para a População em Situação de Rua, localizado na região Centro-Sul de Belo Horizonte/MG. A atividade, realizada em Outubro de 2022, teve a participação de 19 usuários. No local, foram desenvolvidas atividades manuais de recorte e colagens, além de reflexões advindas da condição de sobrevivência dessa população na rua. **DISCUSSÃO:** A oficina propiciou a construção coletiva de um cartaz, no qual os participantes expuseram a condição de insegurança em que vivem. As imagens retratam que o território das ruas é permeado por violência, repressão e desamparo. Observou-se ainda que, a invisibilidade e a exclusão social são problemas que assolam esse grupo social e impedem que seus direitos sejam reconhecidos, discutidos e reivindicados. **CONCLUSÃO:** Embora pontual, ressaltam-se as dimensões social e humana da experiência, que promoveu o empoderamento e o engajamento dos usuários no exercício de sua cidadania. Obteve-se um processo reflexivo e de análise da conjuntura social vivenciada nas ruas, bem como, de entendimento da violência e invisibilidade, evidenciando a necessidade de mobilização coletiva para promover mudanças nessa realidade.

Palavras-chave: População em situação de rua; Participação social; Invisibilidade social; Cidadania; Mobilização social.

1 INTRODUÇÃO

A situação de rua constitui-se como um fenômeno antigo e complexo que, no Brasil, foi herdado da organização sociopolítica escravocrata, a qual durou até o século XIX. A partir disso, desenvolveu-se a cultura de naturalização da pobreza e a desigualdade se disseminou no país, fazendo com que os grupos vulnerabilizados, como a População em Situação de Rua

(PSR) sofressem – e ainda sofrem – até hoje –, com a invisibilidade e a castração de seus direitos (FIORATI et al., 2016).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), garante os processos de participação e controle social e possui entre seus princípios, além da igualdade e equidade, o respeito à dignidade da pessoa humana (RODRIGUES, 2018). No entanto, para que essa população exerça o Controle Social, instituído pela Constituição de 1988 e respaldado pela PNPSR, é necessária a participação em conselhos gestores de políticas públicas, tais como os Conselhos de Assistência Social, de Saúde e de Educação que atuam nos Estados e Municípios (CUNHA, 2019).

Nesse sentido, na atenção ofertada no Serviço de Referência para Pessoas em Situação de Rua deve-se propiciar vivências para o alcance da autonomia, estimulando a organização, a mobilização e a participação social em fóruns e movimentos sociais que lutam pela causa da PSR. Compreende-se que para a superação da situação de rua é determinante a participação social. A participação é uma forma de redistribuição de poder que permite aos cidadãos, excluídos dos processos políticos e econômicos, serem ativamente incluídos na sociedade (BLOCH, 2017).

Este relato objetiva descrever a experiência de uma oficina realizada com pessoas em situação de rua sobre a participação e o controle social. Compreende-se que a mobilização social pode auxiliar no exercício da cidadania desses sujeitos, como também na autoestima, autocuidado e reconhecimento de seus direitos.

2 RELATO DE CASO

Trata-se de uma ação sobre Participação e Controle Social que ocorreu no Centro de Referência para a População em Situação de Rua (Centro POP), na região Centro-Sul, em Belo Horizonte/MG. No local, são oferecidos serviços de apoio e assistência social para a PSR. A oficina ocorreu em Outubro de 2022 com duração de 2 horas e participação de 19 usuários.

A dinâmica foi conduzida por uma docente do curso de graduação de Enfermagem da UFMG, três bolsistas da graduação, um técnico e um arte educador. No local, foram desenvolvidas atividades manuais de recorte e colagens, além de reflexões advindas da condição de sobrevivência dessas pessoas na rua. A ação teve como resultado a produção de um cartaz, demonstrado na figura 1. Na dinâmica, os usuários recortaram, de jornais e revistas, imagens que representavam a vivência nas ruas, colaram em um cartaz e a partir disso foi discutido as possibilidades de mudança de tal realidade, com foco na Participação Social.

Após a elaboração do cartaz, os participantes compartilharam o motivo da escolha das figuras e foram ouvidas as reflexões e perspectivas pessoais em relação à situação de rua. Um dos participantes destacou a situação de invisibilidade a partir de relatos: *"A sensação é de que estamos soterrados, sendo enterrados vivos..."*, outro salientou sobre a importância do exercício da cidadania por meio do voto para a transformação dessa realidade: *"Precisamos votar em políticos que se comprometam com a nossa luta"*. Ressalta-se que quando interpelados sobre a participação em movimentos sociais, apenas 2 usuários relataram participar de fóruns que lutam pela causa da PSR.

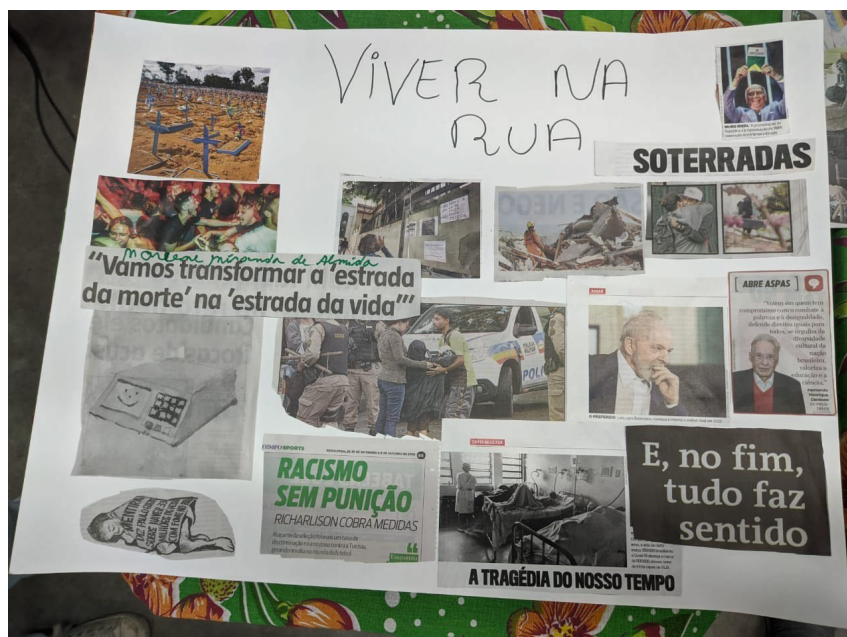


Figura 1. Cartaz desenvolvido pelos usuários do Centro POP. Fonte: Projeto Saúde na Rua. Data: 09 de outubro de 2022.

Com o intuito de promover informações para a população, a equipe do projeto disponibilizou um folder, conforme ilustrado na figura 2. Nele destacam-se direitos e informações sobre os espaços de participação que podem atender as demandas da PSR. O produto foi fixado no mural do Centro POP para que os usuários do local tivessem acesso. Aproximar a PSR desses canais possibilitará a criação de vínculos e o exercício de sua cidadania.

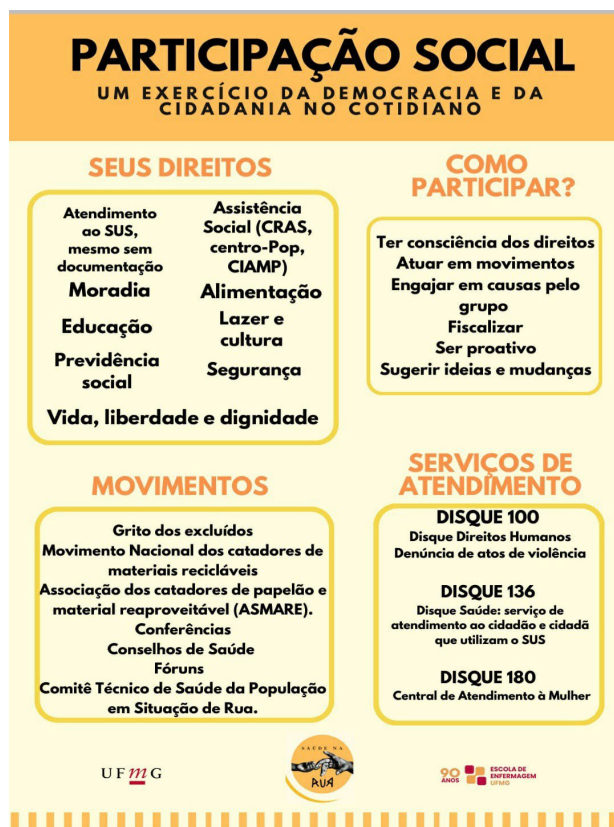


Figura 2. Folder informativo. Fonte: Projeto Saúde na Rua. Data: 09 de outubro de 2017.

2022.

3 DISCUSSÃO

De acordo com um estudo sobre fatores relacionados à utilização dos serviços de saúde pela PSR, a maioria desse público não participa de qualquer tipo de movimento social ou associativismo (GONTIJO, 2022). Essa constatação remete à necessidade de fortalecimento do engajamento social, com vistas à organização e consolidação da tomada de decisões por essa população. Consoante ao que diz a literatura, observou-se que no Centro POP a maioria dos participantes está desarticulado desse tipo de organização. Desse modo, compreende-se que desenvolver mecanismos de participação social acessíveis aos grupos historicamente excluídos e vulnerabilizados é desafiador (ALMEIDA, 2017).

Ressalta-se que para a formulação de políticas públicas de enfrentamento a situação de rua é necessário que a PSR esteja organizada, que tenha capacidade de mobilizar e formar opinião pública favorável a sua causa, para que, assim, tenha capacidade de pressão e negociação com os gestores públicos (CAMPOS; ÓRFÃO, 2022)

Por meio da atividade, foi possível perceber ainda que o preconceito e a violência são experiências no cotidiano de vida dos participantes. Esses sujeitos sofrem violações de direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, vivenciando o processo de estigmatização por criminalidade o que acentua a exclusão social. Concomitantemente, ocorre a naturalização das condições subumanas que o viver na rua os expõe, reforçando a conjuntura da vulnerabilidade (LIRA, 2019)

Essa condição de vulnerabilidade está intimamente ligada à condição de pobreza, fator esse que pode excluir essa parcela da população dos serviços públicos, afetando ainda mais a garantia de seus direitos (SILVA, 2018). Na experiência de vida do público são comuns situações em que pessoas não reconhecem seus direitos, tratando os serviços assistenciais e benefícios sociais apenas como favorecimento político. As pessoas em situação de rua são titulares de direitos (e de deveres) perante o Estado e à sociedade, de modo que a realização de políticas públicas voltadas ao atendimento de suas necessidades não é mero assistencialismo, nem obra de caridade (BRASIL, 2016).

As pessoas em situação de rua precisam ser notadas como seres dotados de dignidade (LIRA, 2019). A PSR necessita de uma atenção humano-centrada, que faça prevalecer a sua singularidade, reconhecimento e dê visibilidade às iniquidades sociais que afetam esse grupo.

4 CONCLUSÃO

Na oficina, as reflexões foram potencializadas pelo relato dos usuários e destaca-se como é relevante o exercício da escuta e observação ativas em relação à vida cotidiana das ruas. Dar voz a esse público contribui para o resgate da autonomia e para o reconhecimento de seus direitos.

A mobilização coletiva é necessária para promover mudanças da realidade e tomada de consciência sobre a gravidade do problema das iniquidades sociais que assolam esse grupo.

Para essa finalidade, destacou-se a importância da participação em fóruns e movimentos da população de rua.

Além disso, salienta-se a importância de que sejam fomentadas políticas públicas que combatam a invisibilidade social desse grupo. Embora pontual, ressaltam-se as dimensões social e humana da experiência, que promoveu o empoderamento e o engajamento dos usuários no exercício de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Débora Cristina Rezende de. Os desafios da efetividade e o estatuto jurídico da participação: a Política Nacional de Participação Social. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 649-680, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. p.131.

BLOCH, Mariana Jacob. **Materiais educativos como instrumento para o aprimoramento da participação no conselho gestor**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CAMPOS F. A. A. C, ÓRFÃO N.H. População em Situação de Rua sob a Perspectiva da Intersetorialidade e Direitos Humanos na Gestão do Cuidado em Saúde. **Saúde em Redes**. 2022; 8.

FIORATI, R. C. et al. As rupturas sociais e o cotidiano de pessoas em situação de rua: estudo etnográfico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. Rev. Gaúcha Enferm., 2016 37(spe), 2016.

GONTIJO, T. G. **Fatores associados à utilização dos serviços de saúde pela população em situação de rua**. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

RODRIGUES, L. V. B. P. Políticas públicas de atendimento à população de rua: reflexões sobre efetivação de direitos em Fortaleza. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**. Nº 20. 2018. Acesso em 24 fev. 2023.